

# Educação em situações de emergência, porquê?

Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência (INEE)\*

p. 117-128

## Introdução

A educação é fundamental para todas as crianças, mas particularmente urgente para as dezenas de milhões de crianças afetadas por situações de emergência, sejam essas emergências de origem humana ou consequência de desastres naturais. Todas as pessoas têm direito à educação e aquelas afetadas por emergências não são exceção, mesmo durante os conflitos ou nos momentos imediatamente a seguir aos desastres naturais (INEE, 2010; Mendizabal, Hearn, Anderson & Hodgkin, 2011; Sinclair, 2002). O direito à Educação é referido em numerosos tratados e declarações internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção dos Direitos da Criança (1981). A educação é um direito que empodera, na medida em que o conhecimento e as competências adquiridas ao longo da educação básica permitem o exercício dos outros direitos fundamentais.

Um sudanês, refugiado no Chade, enquanto descrevia a importância da educação para os refugiados em situações de crise, afirmou que:

*“Com esta guerra, as nossas cabeças de gado foram tomadas pelos Janjaweed e tivemos que abandonar a nossa terra. Tivemos que deixar para trás todos os nossos pertences. A única coisa que pudemos trazer connosco é aquilo que temos nas nossas mentes, aquilo que nos ensinaram, a nossa educação. A educação é a única coisa que não nos pode ser retirada e é com base nela que podemos construir um futuro melhor para os nossos filhos.”* (entrevista feita pela Women’s Refugee Commission no campo de refugiados de Breijjing, Chade Oriental, 2005).

Historicamente, a educação tem sido considerada parte da intervenção a longo prazo na fase de desenvolvimento e não, necessariamente, da intervenção na fase da resposta de emergência (Barakat, Connolly, Hardman & Sundaram, 2012; Mendenhall, 2008; Mendizabal *et al.*, 2011). A ajuda humanitária envolve, tipicamente, a distribuição de bens alimentares e água, a atribuição de abrigo, a recuperação de estruturas de saneamento e a prestação de cuidados de saúde. No entanto, e tendo em conta que os conflitos duram, em média, dez anos e que as famílias permanecem nos campos de refugiados ou de deslocados internos durante uma média de dezassete anos, torna-se

\* Com a participação de Andreia Soares, **facilitadora da comunidade de Língua Portuguesa da INEE** e Kerstin Tebbe, **Vice-diretora da INEE**.



Leste do Chade, 2008, Fabien Lapouge.

claro que a intervenção ao nível da educação não pode esperar até que se recupere a normalidade (Kirk, 2007; Nicolai, 2009). Relegar a educação para segundo plano, aquando da resposta humanitária, pode comprometer gerações, deixando-as sem formação, em desvantagem e sem preparação que lhes permita contribuir na reconstrução da sua sociedade. A crescente acumulação de evidências sobre o papel de garantia de sobrevivência e sustentabilidade da educação, tem resultado na mudança de paradigmas, sendo a

educação agora incluída no planeamento e na implementação da resposta humanitária (Brannelly, Ndaruhutse & Rigaud, 2009).

Em situações de emergência a qualidade da educação contribui para a proteção física, cognitiva e psicossocial de qualquer ser humano, o que, por sua vez, pode garantir a sua sobrevivência e a sua qualidade de vida. Através da educação é possível mitigar o impacto psicossocial dos conflitos e dos desastres pois traz consigo a sensação de normalidade, estabilidade, estrutura e esperança no futuro. Assim, uma educação de qualidade pode salvar vidas ao permitir a proteção física de perigos e da exploração no ambiente de crise. Quando uma criança está num ambiente de aprendizagem seguro, ele ou ela estará menos suscetível a ser explorado/a sexualmente ou economicamente e estará menos exposto/a a outros riscos, tais como o recrutamento de grupos armados ou criminosos (INEE, 2010; Nicolai, 2009; Rose & Greeley, 2006).

Para além disso, a educação permite a vinculação de informação prática que permite o desenvolvimento das competências essenciais à sobrevivência em contexto de crise e/ou conflito e o conhecimento de mecanismos de defesa tais como: evitar minas terrestres, proteger-se de abusos sexuais, prevenir a infeção com o VIH/SIDA, aceder a cuidados de saúde e pontos/programas de distribuição de comida. A educação em situações de emergência permite a proteção cognitiva promovendo o desenvolvimento intelectual ao contribuir para a melhoria dos níveis de literacia e numeracia e para a aquisição de competências de aprendizagem. Neste tipo de contextos a educação pode ainda incluir conteúdos de educação para a paz e resolução de conflitos e outros que possam contribuir para uma futura estabilidade económica.

Em situações de emergência, os programas de intervenção inovadores e o aumento da assistência técnica são uma oportunidade para a reconstrução de melhores sistemas educativos, permitindo ainda a melhoria da qualidade e do acesso à educação. Por um lado, as situações de emergências podem constituir oportunidades para o trabalho com as comunidades com vista à sua transformação social. A criação de programas de intervenção junto dos grupos, *a priori*, mais excluídos, como é o caso das meninas, mulheres e crianças com deficiência, pode garantir o acesso destes grupos à educação. Por outro lado, as crises tornam possível a aprendizagem de novas competências e valores por parte das comunidades, tais como a importância da educação inclusiva e da participação, assim como a paz, a tolerância, a resolução de conflitos, os direitos humanos e a conservação ambiental. Esta janela de oportu-

tunidade deve ser usada para promover uma maior equidade nos sistemas educativos e, assim, sociedades mais equitativas (Mendizabal *et al.*, 2011; Nicolai, 2009; Sinclair, 2002).

## Educação em situações de emergência, que características?

A Educação é uma prioridade para as comunidades e oferece-lhes uma perspectiva de vida. Habitualmente, as comunidades desenvolvem, por iniciativa própria, algum tipo de educação/escola durante uma emergência. No entanto, manter essa iniciativa durante o período de crise é extremamente difícil, particularmente quando há menor capacidade local e menos recursos.

Ainda que não haja duas respostas iguais, há algumas características das respostas educativas que comumente se verificam em situações de emergência. A criação de espaços amigos da criança, onde elas podem permanecer em segurança, particularmente em situações de emergência, é fundamental para que possam aprender, brincar e assim recuperar alguma noção de normalidade. Para além disso, é a partir destes espaços que as crianças podem ser referenciadas para aceder a outros serviços vitais. As atividades criativas são, usualmente, valorizadas pelas crianças durante e depois de uma situação de emergência e este tipo de atividades permitem aceder a outras iniciativas culturalmente relevantes (Barakat *et al.*, 2012; Kirk, 2007; Nicolai, 2009; Rose & Greeley, 2006; Sinclair, 2002).

A definição do espaço destinado às atividades educativas é igualmente crucial e esse espaço pode ser construído a partir de materiais locais, assumindo a forma de um abrigo temporário, uma tenda ou outro tipo de abrigo. Para garantir o processo educativo é necessária uma equipa de pessoas que possam ensinar, cuidar e supervisionar as crianças. É possível que essas pessoas precisem de formação, bem como apoio contínuo e, ainda serem supervisionados. Muitas vezes são também necessários materiais pedagógicos de ensino-aprendizagem que garantam o funcionamento normal das turmas constituídas, nas quais as crianças estejam envolvidas no seu processo de ensino aprendizagem e que representem níveis mínimos de stress para os professores.

Para além de tudo isso, alunos e professores devem ter acesso a água potável e infraestruturas sanitárias, que estejam devidamente organizadas de acordo com os/as utilizadores/as, com espaços distintos para o/a professor/a e os alunos e, no último caso, distinguir ainda entre meninos e meninas. As escolas podem funcionar como porta de entrada para a distribuição de outros serviços básicos, tais como proteção, nutrição e saúde. A educação em situações de emergência deve garantir aos jovens o acesso a programas de desenvolvimento de competências vocacionais e formação profissional, que respondam às reais necessidades do mercado e permitam contribuir para a criação de oportunidades susten-



Córdoba, Colômbia, 2009,  
UNICEF Colômbia.

táveis de trabalho. A educação para a aquisição de competências pessoais tais como comunicação, literacia financeira, sensibilização para o VIH/SIDA, desenvolvimento da liderança e mediação de conflitos.

## **Assegurar o direito à Educação em situações de emergência: a Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência**

A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE), criada com base num conjunto de convenções legais internacionais, acredita que:

- a Educação é um direito humano básico de todas as pessoas afetadas por situações de crise e instabilidade;
- a Educação pode proteger as pessoas durante os períodos de crise e estabelece uma base sustentável para as fases de reconstrução, paz e desenvolvimento;
- a Educação deve fazer parte de todas as respostas humanitárias;
- as políticas e os serviços educativos devem ser assegurados de forma ativa e coordenados ao longo de todo o *continuum* entre a resposta humanitária e o desenvolvimento, antes e durante uma crise, bem como no processo de reconstrução que advém da mesma;
- a Educação, tal como outras das áreas de intervenção humanitária ou de promoção do desenvolvimento, deve responder a claros requisitos de qualidade que, por sua vez, possam ser mensuráveis;
- as crises, que possam destabilizar o sector de educação, devem ser consideradas não somente como situações urgentes de rápida resposta mas, também, como oportunidades para uma mudança positiva.

A INEE é uma rede aberta, com carácter não formal, constituída por uma comunidade *on-line* de membros que, trabalhando em conjunto no campo humanitário e de desenvolvimento, procuram assegurar que todas as pessoas afetadas por desastres naturais e conflitos têm acesso a uma educação relevante e de qualidade.

Esta Rede foi constituída em 2000, durante a Sessão Estratégica sobre Educação em situações de Emergência do Fórum Mundial de Educação, em Dakar. Nesta sessão surgiu a ideia de se desenvolver um processo que pudesse melhorar a comunicação entre agências e a colaboração no contexto da educação em situações de emergência. No seguimento do Fórum, decorreu em Novembro do mesmo ano em Genebra, um processo consultivo interinstitucional, no qual a INEE foi oficialmente apresentada com o intuito de alimentar e consolidar as redes já existentes. Nessa altura a educação ainda não era considerada uma prioridade ao nível da resposta humanitária mas, nos últimos catorze anos essa realidade alterou-se.

Esta evolução verificou-se também na própria Rede, tendo esta crescido substancialmente desde os 20 membros iniciais até aos atuais 11 000. A INEE teve também um papel instrumental e preponderante na formalização do *Cluster* Humanitário de Educação e, também, na conceção do Manual dos Requisitos Humanitários Globais do Projeto Esfera.

A defesa do direito à educação, independentemente da natureza da crise ou do conflito, assim como a sua promoção ao longo de todos os momentos de uma resposta

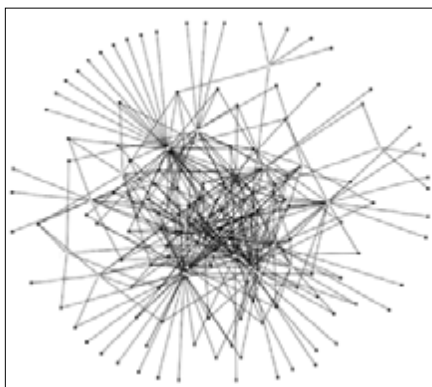
humanitária: prevenção, preparação, resposta e reconstrução, é outras das prioridades da Rede. Para tal, fazem parte do âmbito de intervenção da INEE a comunicação, a gestão de informação, a aprendizagem, o apoio aos membros, o desenvolvimento do trabalho em rede, a influência política, a *advocacy* e a mobilização de recursos. Em concreto, a Rede tem as seguintes funções:

- **Advogar:** a rede procura ampliar mensagens-chave, quer para o seu mandato, quer para os seus membros;
- **Fortalecer o sentido de comunidade:** a rede promove e sustenta os valores das pessoas ou grupos envolvidos;
- **Agregar:** a rede funciona no sentido de juntar diferentes pessoas ou grupos utilizando distintas estratégias de apoio, sejam elas relacionadas com a língua, a geografia, as funções ou os interesses específicos;
- **Desenvolver e disseminar recursos:** a rede desenvolve recursos relevantes e apropriados às necessidades dos seus membros e do terreno, ao nível das práticas e das políticas;
- **Influenciar políticas:** a rede concebe e implementa estratégias e atividades que permitem influenciar as políticas, a diferentes níveis e com diferentes partes interessadas, incorporando boas práticas e lições aprendidas no terreno;
- **Gerir e partilhar informação:** a rede funciona de forma a organizar e gerir informação relevante para os seus membros, através de conjunto de mecanismos de comunicação em múltiplas línguas;
- **Gerar conhecimento e facilitar a aprendizagem:** a rede desenvolve materiais pedagógicos e processos que permitem aos membros adquirirem novos conhecimentos e competências práticas, bem como identificarem, compreenderem e partilharem boas práticas, ao nível do terreno;
- **Conceber requisitos e recomendações:** a rede facilitou um processo, profundamente consultivo, que lhe permitiu desenvolver e disseminar os “Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: preparação, resposta e reconstrução”. Neste manual é estabelecido um nível mínimo de acesso e de qualidade da educação em situações de emergência, e são dadas algumas recomendações sobre as responsabilidades dos técnicos implicados nesses serviços;
- **Apoiar os membros:** a rede apoia os membros a desenvolverem as suas próprias atividades de forma mais eficaz e eficiente, disponibilizando-lhes informação, conhecimento, ligação a atores chave e assistência técnica.

A forma de organização da INEE contempla várias estruturas, que procuram facilitar o trabalho colaborativo entre membros e atores chave, nos diferentes níveis: global, regional e local. Essas mesmas estruturas foram concebidas para promover a comunicação horizontal e a mobilização dos membros da INEE e da comunidade associada à Educação em situações de Emergência. Os membros podem participar, quer a título individual, quer em representação institucional. Quanto a outros atores chave, que não sejam membros, a INEE procura o seu envolvimento em determinadas atividades específicas e eventos estratégicos.

Os mecanismos colaborativos da Rede são muito distintos na sua estrutura, nível de participação, enfoque e grau de formalidade:

- **Grupos de Trabalho:** estruturas formais que procuram apoiar o desenvolvimento e a promoção de um trabalho muito específico da Rede. A participação nos grupos de trabalho é institucional, apenas sendo possível fazê-lo em representação de uma determinada agência ou organização.
- **Equipas Técnicas Temáticas:** estruturas semiformais, que permitem a participação de membros individuais, que trabalham de forma colaborativa no âmbito de áreas de interesse muito específicas, advogando em prol de questões chave relacionadas com a área de intervenção e desenvolvendo recursos e ferramentas, que permitam assegurar o acesso a uma educação de qualidade e segura, a todas as pessoas afetadas por situações de crise. A participação nestas equipas é livre e cada uma delas é facilitada por uma pessoa que se compromete com a coordenação do trabalho desenvolvido, de forma voluntária.
- **Comunidades Linguísticas:** estruturas de organização em função da língua de expressão e de trabalho dos vários membros da Rede, que não o inglês. Pertencer a uma comunidade linguística permite aos membros aceder e partilhar recursos específicos, conhecimento e experiência na língua que lhes seja mais familiar. Atualmente, a INEE conta com quatro comunidades linguísticas: árabe, espanhola, francesa e portuguesa. À semelhança das equipas temáticas, também as Comunidades Linguísticas são facilitadas por uma pessoa, nomeada para essa função.



O diagrama acima apresentado traduz as diferentes formas de participação na rede, representadas pelas linhas (estruturas da INEE) e os pontos (membros e grupos). Enquanto rede, a estrutura da INEE é completamente diferente da estrutura de uma organização típica.

(Adaptado de Mendizabal et al., 2011)

Para além das estruturas nas quais os membros podem participar ativamente, o organograma da INEE contempla ainda um órgão diretivo e um órgão operacional, respetivamente, o Grupo Orientador e o Secretariado. O **Grupo Orientador** acompanha e monitoriza a visão estratégica, e ainda faz uma gestão holística da rede. Em diálogo com os membros e em conformidade com o Plano Estratégico da INEE, o Grupo Orientador estabelece as metas e os respetivos planos de trabalho; aprova a criação de novos grupos de trabalho e equipas técnicas; e assegura a assistência estratégica às/aos técnicas/os do Secretariado. Este grupo é constituído por representantes seniores de organizações e agências, que estejam ativamente envolvidas no campo da Educação em situações de Emergência<sup>1</sup>.

O **Secretariado** da INEE é constituído por uma equipa que procura assegurar a coordenação entre todos os outros mecanismos da Rede; apoiar os membros, construir ligações e relações; fortalecer compromissos, colaboração e parcerias; organizar

<sup>1</sup> A lista dos elementos que, atualmente, constituem o Grupo Orientador da INEE pode ser consultada aqui: <http://www.ineesite.org/pt/who-we-are#SGmembers>.

e partilhar informação; disponibilizar o conhecimento e as capacidades existentes no seio da comunidade de membros e gerir e coordenar todas as atividades da rede (Mendizabal *et al.*, 2011).

## O que significa ser membro da INEE?

A comunidade de membros da INEE e as respetivas iniciativas e espaços de trabalho colaborativo são, na verdade, o coração da rede. A INEE está aberta à participação de todas as pessoas e organizações que implementem, apoiem, estudem, advoguem e se interessem pela Educação em situações de Emergência. Esta rede constrói a sua ação a partir dos contributos dos seus membros, em termos de ideias, informação, tempo, energia, recursos e áreas de especialização, através de processos colaborativos e em função da visão da rede.

Nos últimos anos, o número de membros da INEE aumentou de tal forma que hoje conta com mais de 10 000 membros em 170 países diferentes. Isto atribui à Rede um carácter dinâmico e multidisciplinar, para o qual também contribuiu a diversidade do perfil dos seus membros, que representam diversas afiliações institucionais, áreas geográficas e experiências pessoais e profissionais. Estes membros são profissionais, estudantes, professores/as, técnicos/as das agências das Nações Unidas, organizações não-governamentais, doadores, governos e universidades, que trabalham juntos no sentido de assegurar o direito à educação em situações de emergência e reconstrução.

Cada pessoa que se torna membro da INEE pode usufruir de um conjunto de mensagens eletrónicas, incluindo o Boletim Quinzenal, Mensagens Temáticas e o Boletim semanal com ofertas de emprego. Os membros também podem integrar as Equipas Temáticas e Comunidades Linguísticas já referidas, onde mais facilmente encontram membros com interesses comuns.

Ser membro da INEE permite, ainda, chegar até outros membros, formadores/as e investigadores/as, através da Base de Dados de Membros, disponível na página oficial da Rede, e comunicar diretamente com eles/as. Os membros são, também, encorajados a envolverem-se em várias outras atividades promovidas pela Rede ao longo de cada ano e, assim, contribuir para a INEE partilhando ideias, informação, recursos e conhecimento especializado.

A afiliação à INEE, enquanto membro, é gratuita, bem como a participação em todas as estruturas de trabalho colaborativo disponibilizados pela Redes, à exceção dos Grupos de Trabalho, cuja participação implica o contributo financeiro ou *in kind* das organizações representadas. Constituir-se membro da INEE e integrar as Equipas Temáticas e as Comunidades Linguísticas parte da iniciativa de cada uma das pessoas que o queiram fazer, à exceção dos Grupos de Trabalho cuja integração depende da



Benim, 2011, Cluster de Educação do Benim.

abertura de candidaturas para tal. A manifestação de interesse em participar nestas duas estruturas gratuitas da INEE deve ser feita aquando da inscrição<sup>2</sup> ou posteriormente através do perfil *on-line*<sup>3</sup> de membro da INEE.

## Como participar na INEE em português?

Os membros cuja principal língua de expressão não seja o inglês podem integrar as Comunidades Linguísticas e, nesse contexto, contar com o apoio do/a Facilitador/a de cada uma delas.

Tal como as comunidades árabe, espanhola e francesa, a Comunidade de Língua Portuguesa<sup>4</sup> é um mecanismo de participação na INEE e destina-se a todos os membros que se expressem em língua portuguesa, em particular para aqueles que trabalhem no sector de educação e em áreas relacionadas. Sendo temáticas relativamente recentes, quer a Educação em situações de Emergência, quer a de Educação e Fragilidade, frequentemente estes profissionais sentem dificuldade em encontrar literatura e materiais pedagógicos, que os possam apoiar na resposta às necessidades específicas de ambos os contextos. Nesta comunidade linguística procura-se aglomerar esses materiais e conhecimento produzido e disponibilizá-lo a todas as pessoas que no seu perfil *on-line* da INEE identifiquem o português como língua de trabalho.

Outra das funções desta Comunidade é a divulgação e promoção da agenda e missão da Rede, cujas propostas de intervenção se parecem adequar às necessidades de vários contextos dos países de língua oficial portuguesa. Olhando para o contexto histórico, político, cultural e socioeconómico destes países e considerando as questões endereçadas pela agenda da Educação em situações de Emergência, poderá dizer-se que estarão em situação de crise crónica, reconstrução pós-conflito ou de fragilidade. As ferramentas e o conhecimento sistematizado pela INEE traduzem precisamente formas

de intervenção no sector da Educação que respondam a estas características, em prol do acesso e da qualidade da educação, bem como da sustentabilidade do sistema educativo.

Para além disso, os membros da INEE que selecionem a Atualização de Recursos e Notícias da Comunidade de Língua Portuguesa como uma das mensagens eletrónicas que desejam receber por parte da Rede, receberão mensalmente um boletim com informação específica sobre a educação em países de língua oficial portuguesa.



Kwanza Sul, Angola, s.d.,  
Carolina Trutmann.

2 <http://www.ineesite.org/pt/join/>.

3 <http://www.ineesite.org/pt/members/edit>.

4 Saiba mais sobre esta Comunidade Linguística em <http://www.ineesite.org/pt/portugues>.



## Onde encontrar a INEE nas Redes Sociais?

A INEE também tem presença ativa nas redes sociais<sup>5</sup>, reconhecendo que é esta outra das formas de interação com os seus, bem como de disseminação de informação e outras funções relacionadas com a missão da Rede. Muito embora, atualmente, a comunicação da INEE através das redes sociais se faça sobretudo em inglês e francês, os canais associados às redes: Facebook, o Google +, o Tweeter ou o LinkedIn, permitem ainda a vinculação de mensagens de *advocacy*, fundamentais à tomada de consciência da sociedade civil e dos decisores políticos da necessidade de garantir o acesso e a qualidade da Educação em situações de Emergência.

A informalidade que caracteriza a Rede faz com que seja possível a criação de novos canais, através das redes sociais, potenciando a comunicação em outras línguas, mediante proposta dos seus membros e parceiros.

## Quais as principais iniciativas da INEE?

Considerando as suas funções e estruturas, a INEE dinamiza várias iniciativas fundamentais para assegurar o direito à educação em todos os contextos afetados por crises ou emergências.

## Determinar requisitos e capacitar: Requisitos Mínimos e outras ferramentas

Para se alcançar um nível mínimo de qualidade e acesso à educação em situações de emergência, assim como assegurar a responsabilização de todos os técnicos que trabalham no setor da educação, a INEE recomenda a utilização dos **Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução**<sup>6</sup>.

O manual dos Requisitos Mínimos resultou de um processo consultivo alargado, em que se procurou definir um conjunto de condições e recomendações que podem ser aplicadas nas diferentes fases de uma emergência: preparação, resposta e reconstrução, bem como na *advocacy* humanitária. A sua aplicação adequa-se a diferentes tipos de situações, incluindo desastres naturais e conflitos armados. Os Requisitos permitem orientar os processos de preparação e resposta para emergências agudas, de forma a reduzir os riscos, melhorar processos de preparação futuros e, ainda, estabelecer uma base para a qualidade da educação.



Sri Lanka, 2005, Josh Estey, CARE.

5 <http://www.ineesite.org/en/blog/follow-inee-on-social-media-in-english-and-french>.

6 <http://www.ineesite.org/pt/minimum-standards/handbook>.

Mais ainda, os Requisitos contemplam a flexibilidade necessária quando da resposta às necessidades das comunidades, ao mesmo tempo que representam o enquadramento necessário à coordenação das atividades educativas de governos nacionais, outras autoridades, doadores e agências nacionais e internacionais.

Os Requisitos Mínimos da INEE para a Educação estão em conformidade e são reconhecidos pelos Requisitos Mínimos do Projeto Esfera para a Resposta Humanitária. Para além dos Requisitos Mínimos, a INEE desenvolveu, em conjunto com a sua comunidade de membros individuais e institucionais, outros materiais pedagógicos que podem servir de apoio à intervenção ao nível do terreno, como por exemplo:

- Pack sobre Educação sensível às questões de Conflito;
- Notas de Orientação sobre o processo de Ensino-Aprendizagem;
- Notas de Orientação sobre a Construção de Escolas Seguras;
- Notas de Orientação sobre a Compensação de Professores;
- Guia de bolso para a Educação Inclusiva;
- Guia de Bolso da INEE de apoio à Aprendizagem de Pessoas com Necessidades Especiais;
- Guia de bolso da INEE para as questões de Género;
- Guia de Referência sobre Financiamento externo da Educação;
- Notas de Orientação sobre VIH na Educação em situações de Emergência;
- Materiais da INEE sobre e para a *Advocacy*.

Para além da sua página oficial, a INEE, gere um centro de recursos pedagógicos, designado **Kit de Ferramentas da INEE**<sup>7</sup>, que consiste na compilação de mais de 800 obras cuidadosamente selecionadas. De momento, das referidas publicações, apenas o Manual dos Requisitos Mínimos para a Educação está disponível em português. No entanto, a INEE aceita, em permanência, propostas de potenciais parceiros e doadores para a tradução de outras ferramentas.

## Liderar mudanças estratégicas no terreno: Educação e fragilidade



Uganda, 2005, Ami Vitale, CARE

À medida que o trabalho de Educação em situações de Emergência cresce e sofre mutações, a INEE procura acompanhar as mudanças que ocorrem ao nível do terreno. A expansão do campo da Educação em situações de Emergência ao longo dos anos tem trazido consigo a consciência que este tipo de educação não deve contemplar apenas o período imediatamente seguinte à crise. Na verdade, a educação em situação de emergência incorporou questões relacionadas com a prevenção e preparação, assim como, o

<sup>7</sup> <http://toolkit.ineesite.org/toolkit/Home.php>.

processo de reconstrução a longo prazo e a transformação das causas da crise, ou seja, a intervenção nos fatores que podem despoletar uma emergência, sendo eles naturais ou de origem humana.

Um exemplo desta expansão é a agenda da 'Educação e Fragilidade', que surge em meados do ano 2000. Esta agenda desvia a atenção das crises agudas para as crises crônicas, nas quais a capacidade ou vontade do país em prestar serviços e assegurar os direitos das pessoas está diretamente relacionada com os riscos de crise associados à violência e a conflitos.

Em resposta a esta nova agenda, a INEE criou o Grupo de Trabalho para Educação e Fragilidade, que se assume como um mecanismo interinstitucional que visa a coordenação de diferentes iniciativas e procura catalisar a ação colaborativa em questões relacionadas com educação e fragilidade.

Este grupo trabalha no sentido de compreender de que forma a educação pode contribuir para a fragilidade ao, por exemplo, reforçar as divisões sociais graças ao acesso desigual a oportunidades educativas. Como parte desse trabalho, foram desenvolvidas iniciativas de investigação e criadas ferramentas pedagógicas, incluindo o Pack sobre Educação sensível às questões de Conflito<sup>8</sup>, que apoiam a definição de políticas e a criação de programas que minimizem os impactos negativos e maximizem os impactos positivos de um conflito. Para além disso, este grupo de trabalho tem procurado advogar em prol do aumento de financiamento da educação em contextos de fragilidade, como seja o caso dos países em fase de reconstrução pós-conflito. As atividades desenvolvidas no âmbito desta agenda têm proporcionado o alargamento da visão que a INEE tinha da 'Educação em situações de Emergência' e isso trouxe consigo novos membros, ideias e prioridades para a Rede.

## **Idealizar o futuro: consulta pública global da INEE**

A comunidade internacional que trabalha nas e com as questões de desenvolvimento está a desenvolver novas metas que virão ocupar o lugar dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio a alcançar até 2015. Independentemente de como a educação seja contemplada nestas novas metas de desenvolvimento, será necessário continuar a trabalhar para assegurar a Educação em situações de Emergência. Para tal, a comunidade que trabalha em Educação em situação de Emergência necessita conceber uma nova visão para o seu trabalho no período pós-2015. Idealmente esta visão deve ser clara e fruto de um processo de procura de consenso. Assim, em 2014 a INEE propôs facilitar esse processo, dando-lhe a forma de Consulta Pública Global da INEE.

As Consultas Públicas Globais da INEE são processos dinâmicos concebidos para reunir os seus membros e parceiros com o intuito de se analisar e discutir temáticas relacionadas com o campo da Educação em situações de Emergência. As pessoas que participam nestes processos têm oportunidade de interagir e aprender com os seus colegas, através de uma série de eventos de trabalho em rede e workshops que procuram, precisamente,

<sup>8</sup> <http://www.ineesite.org/en/education-fragility/conflict-sensitive-education>.

promover a partilha de boas práticas e a discussão sobre desafios comuns. Esta partilha e colaboração permitem preencher as lacunas entre preparação, resposta e desenvolvimento e, ainda, ir ao encontro das Metas de Educação para Todos.

Desde a sua fundação em 2000, a INEE tem promovido consultas públicas globais regulares, a cada quatro a cinco anos. Depois da última Consulta Global, que decorreu em 2009 em Istambul, Turquia, com a participação de 250 convidados, a INEE volta a propor aos seus membros que contribuam para o futuro da Rede e da Educação em situações de Emergência. Assim, ao longo de 2014, decorreu um processo descentralizado de auscultação no qual os membros tiveram oportunidade de expressar as suas opiniões. Isto pôde ser feito através de inquéritos *on-line*, eventos presenciais, consultas públicas virtuais, entre outros.

A informação recolhida ao longo de todo o processo acima descrito será integrada na redefinição da visão da INEE. Por sua vez, esta visão servirá de base para a construção do novo plano estratégico da INEE, a vigorar depois de 2015. Pode encontrar mais informação na página oficial da INEE, através do link: <http://www.ineesite.org/pt/consulta-publica-global-em-2014>.

## Referência bibliográficas

- Barakat, S., Connolly, D., Hardman, F., & Sundaram, V. (2012), The role of basic education in post-conflict recovery. *Comparative Education*, 49(2), pp. 124-142. doi: 10.1080/03050068.2012.686259.
- Brannelly, L., Ndaruhutse, S., & Rigaud, C. (2009), *Donors' Engagement: supporting education in fragile and conflict-affected states*. Paris: UNESCO-IIEP, CfBT Education Trust.
- INEE. (2010), *Minimum Standards for Education: Preparedness, Response, Recovery* New York: INEE.
- Kirk, J. (2007), Education and fragile states. *Globalisation, Societies and Education*, 5(2), pp. 181-200. doi: 10.1080/14767720701425776.
- Mendenhall, M. A. (2008), *Education and the Relief-Development Transition in Post-Conflict Countries: The (Un)sustainability of Educational Support Provided by International Organizations*. (Doctoral), Columbia University, Nova Iorque.
- Mendizabal, E., Hearn, S., Anderson, A., & Hodgkin, M. (2011), *Inter-Agency Network for Education in Emergencies: a community of practice, a catalyst for change*.
- Nicolai, S. (2009), *Opportunities for change: Education innovation and reform during and after conflict*. Paris: UNESCO-IIEP.
- Rose, P., & Greeley, M. (2006), *Education in Fragile States: Capturing Lessons and Identifying Good Practice* (p. 39). Paris: OECD.
- Sinclair, M. (2002), *Planning education in and after emergencies*. Paris: UNESCO-IIEP.